

A SUBVALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO LOURENÇO MÁRTIR

WENDT, Alberto Ensslin, RU 208658
(Bacharelado em História no Centro Universitário Internacional UNINTER)

FREZARIN, Maria Silvana
(Orientadora convidada)

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo descobrir porque os remanescentes da redução de São Lourenço Mártir receberam tratamento desigual do poder público em relação à redução de São Miguel Arcanjo nas políticas de preservação do patrimônio histórico dos Sete Povos das Missões. Nesse sentido, inicialmente foram abordadas as principais características das reduções jesuítico-guarani de São Lourenço Mártir e São Miguel Arcanjo. A seguir foi traçado um comparativo histórico das intervenções realizadas pelo poder público nos remanescentes dos dois povoados. Posteriormente, procurou-se identificar as razões que levaram à priorização da preservação do patrimônio histórico de uma redução em relação à outra e as consequências desta escolha. Para tanto, utilizaram-se pesquisas bibliográficas sobre as missões jesuíticas, em especial as de São Lourenço e São Miguel, relatos de viajantes do século XIX, além de trabalhos relacionados às políticas públicas de proteção do patrimônio histórico nacional aplicadas aos Sete Povos das Missões. Como resultado, verificou-se que interesses alheios à perspectiva histórica foram determinantes para definir os critérios de preservação do patrimônio; um panorama que pode acarretar interpretações históricas reducionistas em relação ao sistema missionário como um todo.

Palavras-chave: História. Sete Povos das Missões. Patrimônio histórico.

1. INTRODUÇÃO

Quando nos deparamos com matérias jornalísticas, programas televisivos, ou propagandas de destinos turísticos a respeito dos Sete Povos das Missões, invariavelmente é exibida a clássica imagem de cartão-postal das ruínas da igreja da redução de São Miguel Arcanjo. Basta folhear um livro didático para verificar que praticamente todos eles utilizam esta mesma ilustração como referência para abordar o tema das missões jesuítico-guarani. Por outro lado, os roteiros regionais

oferecem aos turistas a possibilidade de conhecer as ruínas de São Miguel e o Museu das Missões, localizados no mesmo espaço, mas poucas agências incentivam o visitante a deslocar-se até as demais.

Porém, como se verifica pelo nome que passou à posteridade, são sete povos das missões situados no atual território do Rio Grande do Sul, e não apenas um. Naturalmente, a pergunta que se faz é: por que as outras seis reduções não têm a mesma visibilidade alcançada por São Miguel?

Tendo em vista os limites do presente artigo, procuraremos oferecer algumas respostas a partir da comparação entre o cuidado patrimonial dispensado pelos órgãos públicos ao sítio arqueológico da redução de São Miguel Arcanjo com o sítio de São Lourenço Mártir, separados por apenas 34 quilômetros de distância.

Nesse sentido, na primeira parte será feita uma breve descrição das reduções jesuítico-guarani de São Miguel Arcanjo e São Lourenço Mártir, inserindo-as no contexto do sistema missioneiro estabelecido na bacia do Rio da Prata nos séculos XVII e XVIII.

Em seguida, será traçado um comparativo das intervenções realizadas pelo poder público nos remanescentes destes dois povoados, identificando as razões que levaram à supervalorização da preservação do patrimônio histórico de São Miguel Arcanjo em relação ao povoado de São Lourenço Mártir.

Por fim, faremos uma análise crítica sobre as consequências dessa escolha para o conhecimento histórico do período missioneiro sob o ponto de vista macro-histórico.

2. A SUBVALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO LOURENÇO MÁRTIR

2.1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no decorrer do trabalho foi a pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas e trabalhos científicos, tanto em formato físico quanto por meio eletrônico. Em primeiro lugar, a pesquisa enfocou obras publicadas nas áreas de história do Rio Grande do Sul, da Companhia de Jesus

e das missões jesuítico-guarani, em especial as de São Miguel Arcanjo e São Lourenço Mártir. Além disso, os relatos feitos por viajantes do século XIX também foram importantes fontes que enriqueceram a pesquisa. Ao mesmo tempo, realizou-se uma triagem de trabalhos relacionados às políticas públicas de proteção do patrimônio histórico nacional aplicadas aos Sete Povos das Missões.

2.2 AS REDUÇÕES JESUÍTICO-GUARANIS: OS POVOS DE SÃO MIGUEL ARCANJO E SÃO LOURENÇO MÁRTIR

A instalação das missões jesuíticas na Bacia do Rio da Prata foi um longo processo iniciado em 1609 pela Companhia de Jesus, com a anuência do Império Espanhol, e que se desenvolveu até o final do século. A iniciativa atendia à demanda evangelizadora dos índios guarani pelos padres jesuítas. Por outro lado, a Coroa Espanhola também era beneficiada.

A situação era muito favorecida pela política de povoamento empreendida por Hernandarias de Saavedra – Governador da Província do Paraguai – que visava, por um lado, pacificar as tribos nômades que habitavam o território e, por outro, estabelecer núcleos de povoamento que no seu desenvolvimento contribuiriam para o guarnecimento da região. (NEUMANN, 1996, p. 47)

Para tanto, o projeto consistia em reunir os índios em aldeamentos. De acordo com Nascimento et al (1998, p. 16), essa política previa “a transformação do nativo em fiel católico e súdito da Coroa de Espanha e resultou na maior ação socioeconômica e cultural de catequização dos índios americanos.”

Ao todo foram constituídos trinta Povos Missioneiros, sendo sete deles inseridos no atual território do Rio Grande do Sul, quais sejam: São Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706). Porém, para as finalidades dessa pesquisa, trataremos detalhadamente de apenas dois deles: São Miguel Arcanjo e São Lourenço Mártir.

A redução de São Miguel Arcanjo foi fundada em 1632 pelos padres Cristóvão de Mendoza e Paulo Benavides, às margens do Rio Ibicuí, hoje território rio-grandense. Em 1636, fugindo dos ataques dos bandeirantes paulistas, a redução foi trasladada para a margem direita do Rio Uruguai, atual Argentina.

Cessado o perigo e, a fim de garantir a posse espanhola do território situado do lado esquerdo do Rio Uruguai, os missionários retornaram em 1687 para se estabelecerem definitivamente às margens do Arroio Santa Bárbara, ao norte do Rio Piratini, Rio Grande do Sul.

Era a mais populosa de todas as reduções, pois contava, quando se estabeleceu aí, 4.195 almas, divididas em 1.057 famílias. Sete anos depois, (...) procurando este povo resolver o problema de seu crescimento doméstico, funda a Colônia de São João Batista, com 2.832 almas. (PORTO, 1954, p. 60)

São Lourenço Mártir foi fundada em 1690 pelo padre Bernardo de la Vega a partir da divisão da redução de Santa Maria la Mayor e a transmigração de 3.512 índios para a margem oriental do Rio Uruguai, entre os Povos de São Luiz Gonzaga e São Miguel Arcanjo.

O povoado se constituía da igreja (...). Após vinham as residências, as quais seguiam o modelo de todos os demais povoados e o número delas, refletiam o crescimento populacional que seguiu-se, sendo que dos 3.512 fiéis de 1690 passara-se em 1707 para 4.519 pessoas, e em 1732 São Lourenço era um dos povoados mais densamente ocupados, possuindo 6.513 habitantes. (NASCIMENTO et al., 1998, p.36-37)

Ambas as reduções recolhiam impostos à Coroa Espanhola, criavam gado, produziam erva-mate e toda a alimentação necessária para a própria subsistência. O excedente era comercializado entre os povoados e também nas cidades de Buenos Aires e Assunción. Além disso, sempre que fosse preciso, as missões forneciam guerreiros para o exército espanhol e mão-de-obra qualificada para as cidades da Bacia do Rio da Prata.

De acordo com a tabela abaixo (Porto, 1954, p. 66, 70 e 198), é possível verificar a dinâmica populacional das duas reduções ao longo dos anos:

Ano	São Miguel Arcanjo	São Lourenço Mártir
1687	3.500	-----
1690	4.195	3.512
1694	4.592	3.769
1698	1.885	4.140
1702	2.197	4.427

1705	3.107	4.544
1707	3.100	4.519
1735	4.073	4.548
1745	6.675	1.963
1753	6.229	2.091
1765	2.861	1.185

Tabela 01 – dinâmica populacional das reduções de São Miguel Arcanjo e São Lourenço Mártir

Após o grande desenvolvimento social e econômico verificado na primeira metade do século XVIII, os Sete Povos das Missões foram devastados pelos exércitos português e espanhol na Guerra Guaranítica (1754-1756). Ao final do conflito e com a expulsão dos jesuítas do Império Espanhol (1767), o sistema missionário erodiu, os guarani se dispersaram e as reduções foram praticamente abandonadas. No início do século XIX o território missionário ocupado pelos Sete Povos foi anexado ao Brasil. Aos poucos a maioria dos antigos povoados se descaracterizou e foi se transformando em cidades, enquanto outros permaneciam em ruínas, agonizando em meio à vegetação.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MISSIONÁRIO

Com a desestruturação do sistema missionário veio o abandono e a pilhagem das obras de arte e dos edifícios, que permaneceram por mais de cem anos sem qualquer intervenção do Estado visando à preservação e valorização desse patrimônio histórico. Deixadas ao rigor do tempo e à livre ação humana, as pedras das reduções foram sendo reaproveitadas para a construção de novas residências. Além disso, a natureza fez a sua parte, cobrindo com vegetação e causando o desmoronamento das paredes que ainda resistiam.

Corroborando este triste cenário, diversos viajantes europeus relataram o estado em que encontraram os remanescentes das antigas missões no século XIX. Alguns dos mais citados são o francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1821, e o alemão Roberto Avé-Lallemant, em 1858.

O primeiro deles escreveu em seu diário uma crítica incisiva em relação ao descaso dos governantes com a degradação do patrimônio histórico, verificado

já naquela época:

Se, no início, tivessem atacado essas obras, quando necessário, as aldeias não estariam à beira de total destruição, mas numa região em que não se conserva o patrimônio público, não se pode esperar que os administradores cujo principal interesse é o lucro se dessem ao trabalho de mandar fazer reparos nas edificações que não lhes pertencem, e de que se importam bem pouco. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 310)

Por sua vez, o explorador alemão detalhou as péssimas condições em que encontrou São Miguel:

Diante de mim, uma velha igreja, construída de pedra vermelha, de proporções tão grandiosas quanto nobres, porém já em ruínas. (...) E essa construção, engenhosa e gigantesca, ali estava convertida em tristes ruínas. O teto dos propileus e da abóbada estavam totalmente desmoronados. No chão da casa de Deus viçava um pequeno bosque, através do qual havia veredas de arco a arco, de pilar a pilar. A torre está rachada em muitos lugares e as colunas e pilastras angulares estão cobertas de fetos, no solo, ao passo que sobre as cornijas, nas fendas das pedras e nas volutas crescem viçosamente cactos gigantescos (...).(AVÉ-LALLEMANT, 1959, p. 55-56)

No dia seguinte, Avé-Lallemant conheceria São Lourenço, da qual nos deixou as seguintes impressões:

Cerca de meio-dia, tornamos a ver ruínas que se erguiam acima de um arvoredado e pouco depois nos achávamos diante de uma construção, em ruínas, de grandiosas proporções. Era São Lourenço. Aqui, porém, tudo estava muito mais desmoronado do que em São Miguel, embora parecesse ser a mesma ideia da fundação de um castelo forte clerical. Da grande igreja, elevavam-se sobre o mato paredes mestras ao ponto de poder-se reconhecê-las, sem se poder medir a sua extensão. Ao lado direito da antiga igreja, uma larga praça, erma, coberta de mato. No meio dela, ergue-se um grande cruzeiro duplo de 13 pés de altura, construído de uma só pedra. Na vizinhança há cacos de barro cozido com nomes meio destruídos e datas, lápides funerárias dos habitantes da Missão nos antigos tempos. Entre essa praça erma e a antiga igreja, no lugar onde deve ter existido ou existiu uma torre, vê-se claramente apoiada à parede uma pia batismal, escavada em um pedaço de arenito, e ainda perfeitamente conservada. Se se permite que as ruínas das Missões continuem desmoronando-se, devia-se pelo menos salvar o cruzeiro e a pia, como restos veneráveis, transportando-os para o Rio. (AVÉ-LALLEMANT, 1959, p. 61)

Infelizmente, as situações descritas acima perdurariam até meados do século XX. Apenas em 1925 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul executou obras para a preservação do templo de São Miguel. Na oportunidade foi suprimida a vegetação, bem como estabilizadas a fachada, as paredes e a torre da igreja.

Na época o Governo do Estado não teve apenas a preocupação de realizar obras que garantissem a permanência do monumento, mas de mantê-lo resguardado de vandalismos e depredações. Para tanto providenciou a delimitação da área através da implantação de um cercamento, realizado com arame farpado. (...) Também teve cuidado com a visitação pública colocando uma vigilância junto ao Sítio. (STELLO, 2005, p. 71)

As próximas intervenções foram realizadas a partir do trabalho realizado pelo arquiteto Lúcio Costa em 1937, que foi incumbido pelo recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) de vistoriar os remanescentes arquitetônicos dos Sete Povos das Missões com vistas à preservação.

Costa percorreu seis dos sete povos e produziu um relatório que definiria as diretrizes de preservação do patrimônio histórico missioneiro até os dias de hoje. Na oportunidade, fez:

(...) uma descrição do estado de conservação dos vestígios encontrados e quais as medidas para a conservação apenas das ruínas de São Miguel, que na sua opinião, são as únicas que deviam ser preservadas, “não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel – capital dos Sete Povos – os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico [...]” (COSTA, 1937, apud STELLO, 2005, p. 74)

Sugeriu ainda a reunião das esculturas e estatutária relativas ao período missioneiro em um só local, com a criação do Museu das Missões junto ao sítio de São Miguel. Além disso, Costa determinou que fossem realizadas escavações nos demais sítios, com a remoção dos artefatos eventualmente encontrados para o Museu das Missões.

A respeito de São Lourenço Mártir, Lúcio Costa nada menciona sobre os elementos arquitetônicos, referindo que:

Pouca coisa encontramos neste pequeno povoado: duas boas imagens com dois metros de alto e já sem vestígios de pintura, sendo uma de São Lourenço [...] e a outra de Sant’Ana, vários fustes de colunas com acabamento perfeito, alguns fragmentos de cornija com denticulos e uma bacia estreita e comprida (2,87 m), tendo à guisa de suporte uma figura grotesca, tudo numa pedra só. (COSTA, 1937, apud STELLO, 2005, p. 78)

As orientações de Costa foram seguidas à risca e, em 1938 as Ruínas da

Igreja de São Miguel das Missões foram tombadas como Patrimônio Nacional. A seguir iniciaram-se as obras de consolidação dos remanescentes e construção do museu, as quais foram concluídas em 1940. Mais tarde, em 1954 foram realizadas novas intervenções nas ruínas de São Miguel, com a limpeza do interior da igreja e a instalação de uma sala de exposição do Museu na nave lateral do templo.

Finalmente, em 1969 o órgão responsável pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional determinou o tombamento das Ruínas dos Povos de São Lourenço, São Nicolau e São João Batista, e seus respectivos remanescentes, onde se encontrarem.

Em 1975 o cemitério localizado ao lado da igreja de São Miguel foi completamente removido por determinação do IPHAN. Na mesma década, a igreja recebeu novos reforços em sua estrutura, houve a implantação do espetáculo de Som e Luz e a pavimentação asfáltica do trecho que liga São Miguel à BR-286.

Como visto, até 1969 os olhares da preservação patrimonial estavam voltados quase exclusivamente para São Miguel, sendo efetuadas pequenas intervenções no sítio de São Lourenço Mártir, as quais sequer foram registradas. Já na década de 1980 realizaram-se escavações arqueológicas em parceria com pesquisadores ligados a universidades locais.

Em 1983 as Ruínas de São Miguel são declaradas Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco. O aspecto curioso é que o reconhecimento de São Miguel dá-se em conjunto com outras quatro missões localizadas na Argentina (San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María La Mayor). As demais reduções existentes no Brasil, como São Lourenço Mártir, sequer são mencionadas na documentação oficial.

Em 1989 é criado o Escritório Técnico do IPHAN para a região das Missões, com sede na cidade de São Miguel das Missões, emancipada no ano anterior. No mesmo ano é construída uma guarita em São Lourenço, com a finalidade de vigiar, marcar o acesso ao bem tombado e prestar apoio aos visitantes e pesquisadores. No local há um pequeno museu com itens retirados das escavações arqueológicas, além de cozinha e sanitários.

No ano de 1993 foi realizada a escavação e consolidação da fonte missioneira, em São Miguel. Já em 2009 foram mapeadas outras seis nascentes

de água localizadas no entorno da redução.

Em São Lourenço, entre os anos de 2003 e 2005 foram realizadas as primeiras ações efetivas de preservação no local, por meio do escoramento de paredes, implantação de passarela, consolidação da estrutura da igreja, além de novas escavações arqueológicas.

Por fim, em 2009 o IPHAN criou o Parque Histórico Nacional das Missões, reunindo os sítios arqueológicos de São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e São Nicolau. Dentre as competências do órgão estão incluídas: preservar a memória histórica e os remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo; e gerir os sítios históricos e arqueológicos missioneiros.

Entretanto, segundo Hordejuk:

A criação do PHNM gerou um grande movimento midiático e enorme expectativa, principalmente no que tange à transformação da forma de pensar o patrimônio missioneiro. (...) Embora o Parque exista desde 2009, até o momento não existe uma delimitação precisa do seu território, dos bens sobre os quais deve atuar, e das concepções de patrimônio com as quais vai operar. (HORDEJUK, 2019, p. 144-149)

2.4 MOTIVOS DAS INTERVENÇÕES

Como visto até agora, não passa despercebida a acentuada discrepância entre o tratamento dispensado ao patrimônio histórico missioneiro da redução de São Miguel Arcanjo em relação à de São Lourenço Mártir. Enquanto até os anos 1920 a situação dos dois remanescentes era praticamente idêntica - ambos eram sede de vilarejos interioranos, sem receber qualquer intervenção patrimonial – depois disso todos os olhos voltaram-se para a preservação das ruínas de São Miguel. Nesse ínterim, São Lourenço permanecia subvalorizada, entregue ao abandono e ao avanço da vegetação.

As razões para esse tratamento desigual em um primeiro momento podem ser atribuídas ao acaso, na medida em que grande parte da estrutura da igreja de São Miguel, ao contrário do templo de São Lourenço, logrou permanecer em pé mesmo após as intempéries, incêndios e depredações ocorridas desde a Guerra Guaranítica até o século XX.

Justamente a fim de garantir a manutenção do patrimônio edificado em São Miguel é que o Governo do Rio Grande do Sul, fortemente influenciado pelo

positivismo, resolveu agir na década de 1920 com obras de limpeza e estabilização das ruínas. Além disso, segundo Mumbach e Soares (2018, p. 13), “a obra reducional apresentava-se, dentro das práticas políticas do período, orientadas pelos ideais positivistas de Ordem e Progresso, a responsável pela evolução do guarani.”

Conforme Ieciona Borges, (1993, p. 34), o positivismo como método histórico analisa o passado como sendo “uma sucessão de acontecimentos isolados, relatando sobretudo os feitos políticos de grandes heróis, os problemas dinásticos, as batalhas, os tratados diplomáticos, etc.” Portanto, justifica-se a escolha pela preservação de São Miguel em razão da grandiosidade dos vestígios remanescentes de um período histórico supostamente glorioso.

Na década seguinte, o parecer realizado pelo arquiteto Lúcio Costa direcionou as atividades do IPHAN com o intuito de priorizar São Miguel em virtude do “interesse arquitetônico” das ruínas. Tanto é que a inscrição do tombamento foi efetuada no Livro das Belas Artes, demonstrando a diminuição do valor histórico atribuído ao bem.

Nesta época, Machette (2016, p. 36) pontua que “o propósito era salvaguardar para a posteridade o que já estava em vias de desaparecimento – era preciso praticamente “salvar” edifícios considerados históricos e garantir testemunhos visuais de um passado.”

Esse conceito de beleza, porém, não contemplava as ruínas dos demais povos.

Os reflexos dessa ação de preservação e seus discursos conferiram à região das Missões uma identidade pautada na crença de que o patrimônio missionário é o belo, exuberante e excepcional dos elementos arquitetônicos. (HORDEJUK, 2019, p. 74)

Apenas com o tombamento das reduções de São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir em 1969, o IPHAN procurou preencher essa lacuna histórica. Conforme Meira,

Esses processos vieram a complementar o panorama dos remanescentes dos antigos povos Jesuítico-Guarani sob o ponto de vista histórico, já que, ao contrário de São Miguel, pouco restou das estruturas originais que justificasse sua inclusão no Livro-tombo das Belas Artes. O chefe do 4º Distrito do IPHAN antecipou em algumas décadas a ação integrada junto às ruínas missionárias ao dizer que “se

o caminho a percorrer é aquele de um plano de conjunto para a proteção das ruínas missioneiras, não há como contornar esse problema, do tombamento destes ‘restos’”. Aconselhou ele estudar uma fórmula para tombamento dos “restos”, “estejam onde estiverem”. Tinha razão ao preocupar-se, além dos vestígios visíveis dos antigos povos, com os remanescentes espalhados do território, pois é certo que existem fontes, marcos, estruturas industriais incipientes, apesar de não terem sido, ainda, localizados. (MEIRA, 2008, p. 304)

Porém, de acordo com Hordejuk, o interesse pelo tombamento desses povoados desta vez era justificado pelo potencial turístico que apresentavam:

Esse tombamento é significativo na história do IPHAN, pois parece se opor ao relatório de Lúcio Costa de 1937, que assumia somente as Ruínas de São Miguel como bem passível de valor para tombamento. Representa também o interesse turístico e cultural, pois amplia os bens tombados nas Missões, alargando as possibilidades de fomento da indústria “sem fumaça”, como o turismo era apresentado naquele período. Acredita-se que a experiência de 31 anos de atuação em São Miguel também é forte justificativa para a ampliação do acervo sob guarda do Iphan nas Missões. (HORDEJUK, 2019, p. 83-84)

Em que pese esse importante reconhecimento do órgão federal, somente nos anos 2000 é que São Lourenço Mártir receberia intervenções mais expressivas para conservação das estruturas ainda existentes. Um tanto quanto tardias, na medida em que ainda nos anos 1980 o professor Arno Kern advertia que:

O sítio de São Lourenço, em grande parte, está sendo ocupado por particulares que ali plantam soja, trigo, milho, etc. Nesta área, a mecanização da lavoura está destruindo rapidamente os vestígios arqueológicos de São Lourenço, principalmente no espaço das casas dos índios. Desta maneira, os vestígios ósseos se decompõem, tornando-se inclassificáveis, os fragmentos cerâmicos se reduzem a minúsculos pedaços o que torna impossível a reconstituição das formas. (KERN, 1989, p. 123)

Portanto, naquela época os vestígios arqueológicos já estavam seriamente comprometidos. Por outro lado, mesmo que as políticas públicas de preservação tivessem adotado um enfoque turístico, o acesso ao sítio de São Lourenço Mártir, cujo território pertence ao município de São Luiz Gonzaga, permanece até hoje sendo feito apenas por estradas não pavimentadas, mal sinalizadas e, invariavelmente, em péssimo estado de conservação.

2.5 CRÍTICA

Do ponto de vista do conhecimento histórico, as consequências da política de preservação adotada nos Sete Povos das Missões, ao priorizar de maneira desproporcional o sítio de São Miguel em detrimento aos demais, são muito perigosas.

Em tempo, cabe lembrar que a redução jesuítico-guarani de São Miguel Arcanjo, conforme destacado no início desta pesquisa, estava inserida no contexto da colonização espanhola na Bacia do Rio da Prata nos séculos XVII e XVIII. Assim como São Lourenço Mártir, compunha um sistema de trinta povoados espalhados no entorno dos rios Paraná e Uruguai, que possuíam certa autonomia administrativa. Porém, caracterizavam-se por estar vinculados à Província do Paraguai e Buenos Aires, “além de não ter núcleo, capital comum aos trinta povoados” (QUEVEDO, 1998, p. 25). Nesse sentido:

Os Trinta Povos formavam uma constelação de aldeias subordinadas à jurisdição da Coroa como qualquer território sob domínio espanhol. Cada povoado jesuítico-guarani funcionava como uma célula do sistema administrado pelos padres, sem haver hegemonia de um sobre o outro. (MILLET, 1999, apud TEN CATEN, 2001, p. 123)

Assim, equivocada a afirmação de Lúcio Costa em seu relatório de 1938 ao citar São Miguel como sendo “capital dos Sete Povos”. Na verdade, a designação de São Miguel como “cabeça das Reduções rio-grandenses” (PORTO, 1954, p. 254) ocorreu já em 1770, portanto, após a expulsão dos jesuítas do território espanhol, ou seja, em um contexto histórico diferente.

Conforme exibido na tabela 01, o número de habitantes das reduções de São Miguel e São Lourenço ao longo do período missionário era relativamente uniforme, sendo que em alguns períodos a missão de São Lourenço era até mais populosa. Porto (1954, p. 69) inclusive refere “a importância dessa Doutrina, que foi uma das mais florescentes entre os Povos de Missões.” Saint-Hilaire (2002, p. 306) descreveu a igreja de São Lourenço relatando que “ela está voltada para o norte e construída sobre o mesmo plano das outras aldeias, mas nenhuma delas é mais bela que esta.”

Portanto, a preponderância e a grande visibilidade de São Miguel em detrimento de São Lourenço e das demais pode causar uma percepção distorcida de como era constituído o sistema missionário. O indivíduo que não possui

familiaridade com o tema pode ser induzido a acreditar que São Miguel era a principal redução das trinta Missões, o que não condiz com as evidências históricas.

Além disso, pode-se perder de vista o amplo contexto em que cada redução missioneira estava inserida, ou seja, no sistema colonial espanhol composto por 30 povoados. Dessa forma, faz-se necessária a adoção urgente de uma política patrimonial que aborde a perspectiva macro-histórica dos Sete Povos das Missões. O direcionamento dos recursos dos órgãos públicos quase exclusivamente para São Miguel, e a subvalorização de São Lourenço Mártir, por exemplo, pode levar o indivíduo a observar o passado das missões jesuíticas sob um prisma reducionista.

Não nos esqueçamos ainda que, embora existissem trinta povoados, eles não eram idênticos. Cada redução possuía suas particularidades, desde o planejamento urbano até o suporte econômico, seja agricultura, pecuária ou indústria. Portanto, mostra-se equivocada a percepção de que bastaria estudar a missão de São Miguel Arcanjo para conhecer como se organizavam as demais, na medida em que todas seriam rigorosamente iguais.

Infelizmente, essa análise histórica da política patrimonial que deveria ser adotada nos Sete Povos das Missões não foi feita à época das primeiras intervenções e dos tombamentos. Os interesses atrelados à ideologia política dos governantes, o enfoque à beleza arquitetônica e ao potencial turístico em detrimento da perspectiva histórica causaram essa distorção verificada até os dias de hoje.

Espera-se que a consolidação do Parque Histórico Nacional das Missões venha corrigir o erro de abordagem apontado acima, com a consequente valorização patrimonial de todos os Sete Povos, o incentivo às pesquisas arqueológicas e a adoção de políticas públicas de suporte ao conhecimento histórico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, acreditamos que o tratamento desigual dispensado aos remanescentes das reduções de São Miguel Arcanjo e São Lourenço Mártir pode ser atribuído à ausência de enfoque preponderantemente histórico na política de preservação do patrimônio.

É evidente que o caráter histórico das Missões sempre foi utilizado como pano de fundo em todas as intervenções, mas o método de escolha, o fluxo de investimentos públicos e a abordagem do tema Missões obedeceram a outros critérios.

Como vimos, nos anos 1920 o governo do Rio Grande do Sul procedeu às reformas apenas da igreja de São Miguel atendendo aos ideais positivistas que professava. Já nos anos 1930 o IPHAN tombou somente o sítio de São Miguel entre todos os Sete Povos das Missões em virtude do caráter artístico do templo. Por fim, na década de 1960 a redução de São Lourenço foi tombada com vistas às possibilidades turísticas.

Com a implementação do Parque Histórico Nacional das Missões espera-se que os demais sítios arqueológicos recebam a devida atenção do poder público. Porém, desta vez, por meio de uma política voltada para a integração de todos os remanescentes dos Sete Povos, sob uma perspectiva macro-histórica do sistema missioneiro.

Ainda, a partir deste trabalho descortinam-se novas possibilidades de análise para o historiador que trabalha com o tema das missões jesuítico-guarani. Por exemplo, poderia ser discutida a situação do patrimônio dos outros sítios arqueológicos missioneiros em áreas urbanas (São Borja, São Nicolau e Santo Ângelo); também há espaço para comparar a política brasileira de preservação do patrimônio missioneiro com o tratamento dispensado pelos argentinos e paraguaios, países que também possuem esse legado. Enfim, os caminhos que se abrem à pesquisa científica referente às missões jesuíticas felizmente são inesgotáveis. Observo, porém, que assim como na metáfora, se focarmos exageradamente na observação da árvore, não seremos capazes de ver a floresta que há por trás dela. Por isso este trabalho propõe a nós questionarmos se a árvore seria a mesma caso não existisse a floresta.

REFERÊNCIAS

AVÉ-LALLEMANT, R. Na solidão das missões. *In*: RIEDEL, D. (Org.). **Histórias e paisagens do Brasil: o pampa e os cavaleiros**. São Paulo: Cultrix, 1958. (p. 51-66).

BAIOTO, R.; NASCIMENTO, A. O.; QUEVEDO, J. **São Luiz Gonzaga e São**

Lourenço Mártir. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

BORGES, V. P. **O que é história.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

HORDEJUK, C. S. **A presença do IPHAN nas Missões: concepções e projetos de patrimônio.** 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2019.

KERN, A. A. **Escavações arqueológicas na missão jesuítico-guarani de São Lourenço (RS, Brasil).** Estudos ibero-americanos, Porto Alegre, v. 15, n. 01, p. 111-134, 1989. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/30511>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MARCHETTE, T. D. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil.** Curitiba: InterSaber, 2016.

MEIRA, A. L. G.; **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção.** 2008. 483 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MUMBACH, S; SOARES, A. L. R. **Entre História e Belas Artes: considerações a respeito do processo de patrimonialização do sítio arqueológico de São Miguel das Missões.** Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, v. 37, n. 49, p. 12-24, out. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepa>. Acesso em: 23 nov. 2020.

NEUMANN, E. **O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial, 1640-1750.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai: segunda parte.** Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

QUEVEDO, J. Rio Grande do Sul. **Aspectos das missões (em tempos de despotismo esclarecido).** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

STELLO, V. **Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940.** 2005. 179 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TEN CATEN, O. **Forma(s) de governo nas reduções guaranis.** 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.